



[Atribuição BB CY 4.0](#)

A construção social do gênero

María Jesús Izquierdo¹

Tradução: Marcel de Almeida Freitas²

Recebido em: 26/10/2021
Aprovado em: 11/03/2022

Introdução

Uma pergunta que se coloca sistematicamente em contexto interessados sobre a situação social das mulheres é a seguinte: Mas... isto é natural ou social? Subjazem ao menos duas suposições nesta maneira de encarar as coisas. Em primeiro lugar, está implícita a ideia de que o natural e o social são fatores independentes. Em segundo lugar, se supõe que se a causa da desigualdade entre mulheres e homens é a natureza, determinismo biológico, o modo no qual se produzem as relações sociais não pode se modificar, a situação é imutável. Ao

¹ O texto é uma tradução de “La Construcción Social del Género”, da professora e pesquisadora da *Universidad Autónoma de Barcelona* María Jesús Izquierdo (MariaJesus.Izquierdo@uab.cat), que, gentilmente, autorizou sua tradução e publicação na revista SCIAS Direitos Humanos e Educação. Constituiu um capítulo publicado originalmente em: DÍAZ, Capitolina (ed.). *Sociología y Género*. Madrid: Tecnos, 2013.

² Sociólogo, doutor em Educação. Professor Adjunto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis. E-mail: marcel.freitas@uemg.br

contrário, se a resposta é que na origem da situação se encontram fatores de aspecto social, determinismo social, se entende que as mudanças são possíveis.

A respeito do primeiro pressuposto *a priori*, Helen Lambert desfaz essa confusão nos seguintes termos:

Se denomina com frequência “determinismo biológico” à noção de que os fatores inatos, como os genes e os hormônios, influem sobre o comportamento humano (geralmente de forma negativa). Equiparar o biológico, com o intrínseco, inflexível ou programado é um abuso infeliz do termo “biológico”. O comportamento é um fenômeno biológico em si mesmo, uma interação entre o organismo e o meio. As influências extrínsecas ao indivíduo afetam os fatos biológicos no interior do organismo – fatos mediante os quais, em muitos casos, se desenvolvem no organismo as entidades estruturais e os mecanismos funcionais. Dizemos com frequência que essas estruturas e mecanismos internos se modificam por uma entrada (input) do exterior. Mas, neste caso, o conceito de modificação é arriscado, pode ser tomado falsamente para implicar um desvio induzido extrinsecamente do curso de desenvolvimento hipoteticamente “normal” que teria lugar na total ausência de influências extrínsecas. De fato, a situação anormal constituiria precisamente tal ausência. As estruturas e funções determinadas de forma inata se desenvolvem normalmente na interação com o meio (Lambert: 1978).

Em síntese, o organismo – neste caso a mulher e o homem – é o resultado de sua relação com o meio, as características físicas, os níveis hormonais, a configuração dos circuitos neurais, para citar três exemplos, são a uma só vez natureza e sociedade, não são só um ou outro. Porque a peculiaridade que temos os seres humanos é que temos a capacidade de produzir o meio em que vivemos e, portanto, as condições que nos configuram como somos.

Em relação ao segundo *a priori* sobre a possibilidade de mudança, as evidências nos permitem afirmar que é mais fácil modificar as características naturais que a organização da sociedade. Apenas devemos considerar o espetacular incremento da esperança de vida que foi conquistada no último século, o fato de que a falta de asas não nos impede de voar, inclusive com mais eficiência que os próprios pássaros, nem a ausência de brânquias nos impede de nos submergir nas profundezas marinhas. Ao contrário, o assombroso incremento da produtividade não contribuiu para eliminar a fome no mundo, assim como os conhecimentos sobre o tratamento das principais doenças não se traduziu na erradicação das mesmas em boa parte da população do planeta.

A estratégia mais generalizada entre as teorias acerca da igualdade das mulheres, particularmente no começo do movimento feminista, tem sido em insistir em dois aspectos: que a biologia não possibilita explicar as causas nem a origem da desigualdade das mulheres, logo, o determinismo biológico é rechaçado; e que estas não são inferiores aos homens sob o ponto de vista biológico. Esta preocupação em evidenciar a igualdade da capacidade das mulheres e homens parece que se alimenta do princípio de que a posição e o reconhecimento sociais dependem do mérito dos sujeitos e não do tratamento preferencial de alguns, os homens, em detrimento de outras, as mulheres. Tal estratégia se traduz na exigência por igualdade de oportunidades.

Sem dúvida, a tese de que os aspectos físicos, não somente os culturais ou sociais, são o resultado do desenvolvimento do sujeito em sua relação com o meio, nos permite afirmar que as mulheres não são objeto de discriminação, mas que são produto desta, que as condições em que se desenvolvem enquanto organismos vivos as constroem como inferiores e que sua inferioridade é efeito do sexismo. Ao contemplar a questão dessa perspectiva, a reivindicação de igualdade de oportunidades se desmonta por si mesma, dado que a justiça baseada no mérito (no que o agente pode fazer) ignora que a desigualdade produz diferentes méritos que são alheios à vontade da pessoa, pelo qual o critério de justiça passa a ser a necessidade (que é o que a gente precisa para conseguir fazer).

O propósito deste capítulo é apresentar as implicações teóricas e práticas da distinção analítica sexo/gênero, assim como o processo histórico que levou ao desenvolvimento desses conceitos. Devemos advertir que temos sacrificado o aprofundamento do conceito de gênero, a consideração de outras dimensões da desigualdade social como as de classe ou de raça³. Não deve ser esquecido que cada pessoa é o resultado da interseção de um número de fatores, dentre os quais o gênero⁴, a classe e a raça estão entre os mais fundamentais.

³ Deve ser assinalado que a classificação por raças, que é a base do racismo, não se fundamenta na existência de diferenças raciais, portanto, o conceito de raça carece de fundamento científico, a raça é unicamente um critério classificatório social, não biológico.

⁴ Devemos advertir que sacrificamos o aprofundamento do conceito de gênero, a consideração de outras dimensões da desigualdade social como as de classe ou de raça. Não deve ser esquecido que cada pessoa é o resultado da interseção de um número de fatores, dentre os quais o gênero, a classe e a classe são das mais importantes.

A biologia como disciplina explicativa do social e do psíquico

Partiremos assinalando que os seres humanos não somos dotados de corpo, mas somos seres corporais. A expressão imediata de nossa corporeidade é a prática de viver. Ademais, somos seres corporais capazes de reflexão, com consciência de nós mesmos. É assim que a prática de viver se faz consciência de viver. Porém, não existe correspondência unívoca entre a reflexão e a vivência, uma vez que a consciência nasce em um sujeito histórico. Uma mesma vivência pode se desdobrar em uma multiplicidade de experiências, o mesmo fato ou acontecimento pode ser interpretado em uma diversidade de formas, as quais dependem do momento, do lugar do contexto, do sistema de crenças, do estado emocional, ou de saúde, para citar alguns dos elementos que incidem na reflexão. Finalmente, vivências muito similares podem dar lugar a experiências muito díspares e, vice-versa, vivências muito díspares podem provocar experiências muito similares.

As distintas posições frente a uma mesma atividade, o trabalho doméstico, por exemplo, produz experiências muito variadas. Para uma dona de casa, o trabalho doméstico é o centro de sua vida, para um homem é uma atividade de importância secundária ou com a qual não se identifica, que ele vive como um obstáculo para sua carreira. Ainda quando a prática de varrer ou de limpar o chão ou de cuidar da roupa seja a mesma nos dois casos, a experiência dessa prática é diferente. Inversamente, não podemos afirmar que um homem e uma mulher experimentam algo muito diverso quando ele se ocupa da manutenção do carro para as férias familiares enquanto a mulher organiza as malas.

A experiência não é anterior à ideologia, mas é um produto ideológico⁵. Quando fixamos nossa atenção nas coisas o fazemos mediatizados por uma linguagem e por significados já existentes, material com o qual construímos significados novos. Por isso se faz muito difícil falar do corpo como se fosse um ponto de partida alheio às relações de poder, anterior às condições sociais, algo dotado de existência em si mesmo. O que podemos dizer do corpo, ou das

⁵ Ver o artigo de Joan W. Scott, “Experience” (1992) sobre a relação entre experiência e ideologia.

diferenças corporais não é simples descrição de como é ou de como funciona ou em que se distingue de outros corpos. Quem fala sobre o corpo o faz com uma maneira de ver o mundo, com interesses definidos, com capacidades cognitivas que dependem do lugar e do momento em que nasceu e das vivências pelas quais passou. Se temos em conta o teorema do sociólogo W. Thomas segundo o qual *se as pessoas definem as situações como reais, estas são reais em suas consequências*, as significações que se fazem do corpo se materializam no mesmo.

Pelas razões expostas e tal como desenvolveremos neste capítulo, não se pode tomar o sexo como a base física e o gênero como a base psicossocial. Essa divisão é inadequada por dois motivos. No momento mesmo em que o corpo é falado, se converte em um fato psicossocial. Além disso, e como já foi assinalado no início deste capítulo, o desenvolvimento corporal não é um fato puramente orgânico, mas o resultado da relação do organismo com o meio. Concernente ao meio, não é neutro nem igual para todas as pessoas, mas está organizado em função de relações de poder e imprime suas marcas nos corpos em função do sexo, da classe, da hierarquia social, do momento histórico em que se vive, para citar fatores sociais de grande relevância para o desenvolvimento físico e psíquico. De certo modo, não há muito sentido dizer que o sexo se contrapõe ao gênero, é melhor tomar o sexo como a significação física do gênero, porque o sexo não precede o gênero, mas é seu resultado. O sexo é significado por causa do gênero e se vê afetado pelo mesmo.

Quando se apela à perspectiva biológica como ponto de partida para esclarecer os conteúdos das categorias classificatórias mulher/homem, proponho que o façamos conscientes dos processos históricos que formam parte do desenvolvimento da biologia, que não diz respeito somente ao conhecimento imediato do fato vital, mas também se refere à experiência e à experimentação referente a esse fato. As categorias homem e mulher se apoiam em:

- Duas categorias sexuais.
- A suposição de diferenças entre ambas.
- A relação entre âmbitos não orgânicos da vida humana, mas psíquicos e sociais, e a conceituação dessas diferenças.

Tomaremos provisoriamente esta ideia para antecipar a que conceito remete o termo gênero. Para as categorias classificatórias mulher/homem, se toma como fundamental o reconhecimento de diferenças físicas. Assim, o corpo não é um dado anterior à história, visto que tanto a percepção e o conhecimento que temos do mesmo, como seu próprio desenvolvimento, se constroem em condições históricas. A produção de conhecimento sobre o corpo não se faz a partir de capacidades intelectuais ou perceptivas neutras, mas é expressão histórica dessas capacidades.

O enfoque nas diferenças físicas, as organizando em categorias sexuais, geracionais, raciais e, inclusive, morais, é o resultado de uma acumulação de circunstâncias em um período de tempo relativamente curto. A transformação de uma organização da vida social assentada nos laços pessoais e no dever a outra, em que o interesse é o principal vínculo entre as pessoas e o dinheiro é o meio de relação mais generalizado, origina mudanças consideráveis na percepção e na construção de significados. Na ordem social antiga, as desigualdades estavam legitimadas, posto que as hierarquias temporais, do rei, do senhor, do chefe da família, procediam das hierarquias espirituais; o fundamento último da ordem hierárquica se atribui à vontade divina e à tradição. Em oposição, a nova ordem se apresenta como se se fosse fruto de acordos, contratos e pactos entre sujeitos iguais e livres. Nessas condições, a ausência de liberdade ou de igualdade requer ser explicada, visto que se toma a liberdade como o fundamento mesmo das relações sociais.

De uma atitude predominantemente contemplativa perante a *ordem do universo*, na qual os saberes não se adquirem, mas supostamente se revelam, se passa a uma atitude engenhosa. O ser humano não se subordina à ordem, mas a constrói mediante a razão e o cálculo. Quanto aos saberes, já não são considerados originados na revelação divina nem na herança do passado, mas são produtos da mente humana. Neste contexto se constrói ideologicamente os corpos sexuais e, por sua vez, as novas formas de desigualdade entre mulheres e homens. As diferenças sexuais se levantam ao ritmo no qual se constrói uma nova ordem de relações sociais, cuja base de legitimação é a liberdade e a igualdade⁶.

⁶ Sobre esse aspecto em particular são aportes imprescindíveis os de Foucault (1980) e de Laqueur (1994).

A nova ordem social não gera uma tensão entre o ideal de igualdade e o ideal de liberdade, como se fossem aspirações mutuamente excludentes. Muito ao contrário, se trata de fazer compatível a execução da igualdade e da liberdade. A liberdade é um direito individual e a igualdade também, entretanto, nem todos são cidadãos, portanto, livres e iguais. Alguns, dentre os quais se encontram as mulheres, não está garantido que cheguem a ser e outros, as crianças, serão com o tempo. Dado que a desigualdade não é legítima em um marco social democrático, somente é admissível, inclusive como base da organização social, na medida em que não seja atribuída à sociedade, mas que seja encarada como produto de deficiências individuais – físicas ou morais. A ordem democrática de debilitaria caso fossem atribuídas à causas sociais a desigualdade entre os indivíduos. A inferioridade dos desiguais ou, em alguns casos, a sua deficiência moral, teria sua origem em características naturais.

A exclusão social é naturalizada que a situação de exclusão é associada a alguma característica física: é patologizada ao que tomar o excluído como um enfermo físico ou psíquico, ou criminalizada ao se entender que o excluído é um delinquente, um doente social, ou então a excluída é normalizada, ao se entender que o inferior ainda é imaturo. Daí que aspectos puramente fisiológicos que diferenciam a mulher do homem, como é o caso da menstruação, a gravidez ou a menopausa, são tratados como se fossem patologias e são então medicalizados, considerando-se que são determinantes do seu rendimento intelectual e do seu estado emocional. O que é um ser humano? O que possuem em comum os humanos? Quais são as diferenças mais significativas? O que pode ser mudado e o que não pode? Se busca explicar o que é um ser humano em termo de individualidade orgânica, anterior à sociedade.

A concepção de inferioridade mental e física “da mulher” corre paralela ao surgimento da figura da dona de casa. Desde o século XIX a literatura sobre o tema tem sido abundante. Particularmente, a partir da segunda metade do século XX e como resultado da luta das mulheres, também foi produzida abundante literatura na qual se reconhecem as diferenças físicas entre os sexos e, ao mesmo tempo, se nega que as mesmas sejam justificativas da desigualdade

social das mulheres⁷. As considerações de Beauvoir constituem um bom exemplo desta posição:

Mas tampouco ele [o corpo] basta para defini-la [a mulher]; esse corpo não tem realidade vivida, mas na medida em que é assumido pela consciência através de suas ações e no interior de uma sociedade; a biologia não é suficiente para prover uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Se trata de saber de que forma a Natureza permaneceu nela no transcorrer da história; se trata de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR: 1977, 60).

Por outro lado, desde o próprio pensamento feminista há também quem afirme que a desigualdade social das mulheres possui sua base material nas diferenças físicas, principalmente o papel diferenciado de homens e de mulheres na procriação. Shulamith Firestone, em um livro de forte impacto no feminismo radical dos anos 1970⁸, propõe uma aproximação materialista de caráter biológica que defende a dissolução das classes sociais mediante a substituição da reprodução sexual pela reprodução artificial, visto que, como ela diz, o natural não é necessariamente um valor humano:

O materialismo histórico é aquela concepção do curso da história que busca a causa última e a grande força motriz de todos os acontecimentos na dialética do sexo: na divisão da sociedade em duas classes biológicas diferenciadas com fins reprodutivos e nos conflitos de ditas classes sociais entre si; nas variações existentes nos sistemas de matrimônio, reprodução e educação dos filhos criadas por tais conflitos; no desenvolvimento combinado de outras classes fisicamente diferenciadas [castas]; e na intocada divisão do trabalho baseada no sexo e que evoluiu para um sistema [econômico-cultural] de classes (FIRESTONE, 1970: 22).

Mais recentemente, pela mão do pós-estruturalismo, vem sendo realizado um trabalho de desconstrução do sexo e do corpo⁹. Tomando como ponto de referência a obra de Foucault – particularmente sua *História da Sexualidade* – onde é examinada a dimensão produtiva do poder, se estuda o modo no qual os discursos e as práticas constituem certos tipos de corpos com tipos específicos de poder e de capacidades. Seguindo esta linha, não apenas o gênero é uma

⁷ Como Beauvoir (1977), Oakley (1977), Sullerot (1968), Reuchlin (1980), Piret (1968), Millet (1975), Chafetz (1978), Janssen-Lurret (1976) e Walun (1977).

⁸ *A Dialética do Sexo* (1977).

⁹ Desta postura são exemplos os trabalhos de Butler (1990), Moore (1994), Laqueur (1994), Aoki (1996), Hughes e Witz (1997), Harrison y Hood Williams (1997), Gatens (1996).

construção, mas, na realidade, tudo é gênero, já que o próprio sexo é construído. Essa é posição de Moira Gatens quando postula que:

Já não se pode continuar concebendo o corpo sexuado como a base factual e biológica não problemática sobre a que se inscreve o gênero, mas deve ser reconhecido como construído por discursos e práticas que tomam o corpo como seu objeto, tanto como seu veículo de expressão. Então, o poder não é algo que se pode reduzir ao imposto, desde cima, nos corpos macho e fêmea diferenciados naturalmente, mas que também é constitutivo desses corpos, na medida em que têm sido constituídos como macho e fêmea (GATENS, 1996: 96).

O uso abusivo dos reducionismos: biologismo e culturalismo

O determinismo reducionista, que implica estudar a realidade ordenando os acontecimentos em sequências de causa/efeitos, supondo que um conjunto de efeitos é produto de uma causa última comum, é uma característica essencial da ciência moderna. Há dois tipos de reducionismo que tendem a se apresentar como vias de explicação alternativas e, portanto, incompatíveis. O determinismo biológico vem sendo contestados com os argumentos, também reducionistas, do culturalismo ou do determinismo cultural. A resposta culturalista tem duas vertentes. A que concede primazia ao social sobre o individual, exemplos destacados do qual são o marxismo radical e o relativismo sociológico. Outra de suas vertentes é a que toma a oposição indivíduo-sociedade atribuindo às experiências infantis um papel fundamental, um exemplo desta posição seria a psicologia freudiana, ou os pressupostos skinnerianos, segundo os quais o ser humano estaria diretamente determinado pelos estímulos, recompensas e castigos a que veio sendo submetido desde o nascimento¹⁰. Juntamente ao determinismo cultural, também o pensamento pós-moderno favorece que se deixe de lado a realidade física, já que se centra no processo de construção de significados.

O interacionismo é uma resposta crítica aos determinismos de uma ou outra vertente. Não se pode afirmar que os comportamentos sociais humanos estejam determinados geneticamente, no sentido de que não podem ser transformados por condicionamentos sociais. Tampouco se pode afirmar o oposto, que os indivíduos sejam puro reflexo do contexto familiar ou social. A

¹⁰ Ver Lewontin (1987).

partir do ponto de vista interacionista se considera que nenhum fator dos que intervêm nas características individuais podem ser tomados *a priori*. Por isso genótipos – herança genética – muito similares, dariam lugar a fenótipos – manifestações da relação entre a herança e o meio – muito distintos, enquanto que genótipos muito diferentes podem originar fenótipos muito similares. Há que se acrescentar que não se produz um mero processo de adaptação ao meio, mas o próprio meio também está submetido a modificações. Por isso ocorre a contradição de que esse meio que contribui para que sejamos o que somos é, também, obra nossa. Em outras palavras, tanto o organismo como o meio são sistemas abertos¹¹.

O biológico e o social não nem separáveis, nem antitéticos, nem alternativos, nem complementares. Todas as causas do comportamento dos organismos são, no sentido temporal ao que deveríamos limitar o termo *causa*, simultaneamente sociais e biológicas, e todas elas podem ser analisadas em muitos níveis. Todos os fenômenos humanos são simultaneamente sociais e biológicos, da mesma forma que são ao mesmo tempo físicos e químicos. As descrições holísticas e reducionistas dos fenômenos não são *causas* destes fenômenos, mas simples descrições dos mesmos em níveis específicos (LEWONTIN et al, 1987: 324).

Esta afirmação põe em questão o *modelo aditivo*, justamente o mais generalizado nas aproximações sobre a desigualdade social das mulheres, em boa parte das formulações realizadas em termos do sistema sexo/gênero. Para a perspectiva aditiva, uma mulher seria uma fêmea (sexo) com identidade feminina (gênero), conduta feminina (gênero) e que ocupa posições sociais femininas (gênero). Esta mesma postura supõe que a estrutura orgânica não muda, ou muda pouco, e visto que implica uma perspectiva reducionista cultural ou econômica, considera que o que é mais mutável são as condições ambientais.

A mulher e o homem como produtos

Nossa condição de seres vivos de reprodução sexuada, de mamíferos, mais que uma tábula rasa – um ponto de partida neutro – é um marco e uma base para a construção da ordem social e da ordem psíquica. É um marco porque fixa limites sobre o que podemos fazer de nossas vidas e também é uma base, porque

¹¹ Lewontin (1987).

é o primeiro recurso material com o qual contamos para viver. Nossas características físicas não *causam* a ordem social, mas a sustentam.

A diferença entre causa e apontamento reside no fato de que atribuir causas comporta supor que de um fato – ser de uma espécie sexuada – necessariamente se segue outro fato – viver em uma ordem patriarcal. Tomo a noção de suporte como condição de possibilidade ou de impossibilidade de algo, neste caso o patriarcado e o sexismo. As condições de possibilidade do sexismo também existem para outros tipos de relações sociais, as que potencializam a diversidade entre os indivíduos e as culturas e não a divisão sexual, por exemplo. O marcador que proporcionam nossas características físicas tem até o momento um limite rígido de grande transcendência: qualquer forma de organização social que pretenda ter continuidade deve resolver de alguma forma a procriação e o cuidado dos rebentos. Há de se ter em conta nossa extrema dependência nos primeiros anos de vida, esta é uma condição de possibilidade / impossibilidade, um limite físico. Sem dúvida, são numerosos e muitos inimagináveis os ordenamentos sociais compatíveis com essa exigência vital.

A mulher, assim como o homem, não são *pontos de partida*, mas o *produto*. Isto significa que a mulher e o homem, ou seja, as construções históricas, econômicas, sociais e psíquicas mulher e homem, são a resposta que temos dado ao fato de que em nossa espécie a procriação é sexuada e os recém-nascidos totalmente dependentes nos primeiros anos de vida. Paralelamente constatamos que nossa ordem social se alicerça na subordinação daqueles que cuidam de pessoas dependentes sob o ponto de vista físico e/ou psíquico, y as tipifica como *femininas*; a respeito daqueles que produzem e transformam o meio, administram as relações sociais, políticas e econômicas, estes são tipificados como *masculinos*. Não obstante, o sistema sexo/gênero não é uma ordem caracterizada por relações de complementaridade, no qual se reconheça igual importância de homens e de mulheres, mas é um sistema de desigualdade, mulheres e homens têm valor distinto assim como as atividades que desenvolvem segundo a divisão sexual do trabalho.

A complementaridade somente é uma aparência que contribui para legitimar a desigualdade ao confundi-la com a diferença. Ao fazê-lo, dota de estabilidade uma ordem patriarcal e sexista. Ordem sexista porque regula as relações entre os indivíduos a partir das diferenças anatômicas e fisiológicas referidas ao aparelho genital. Ordem patriarcal porque estabelece o governo dos

patriarcas, concerne ao patrimônio: a mulher¹² e os filhos. A regulação das relações sociais é tamanha que torna significativas as categorias homem e mulher e as categorias de idade, velho, adulto, criança.

Como se constrói a noção de que a mulher não se constrói, mas que é: o retorno da biossociologia

Cada vez são mais frequentes os trabalhos que sustentam a importância das diferenças sexuais e a necessidade de que recebam reconhecimento, assim como o impacto que as mesmas podem chegar a ter no mundo. Tais posições encarnam conteúdos essencialistas sobre a natureza das relações homem/mulher, ou quanto menos reducionistas, sendo o reducionismo biológico o mais frequente. Um exemplo do reducionismo biológico é o livro de Helen Fisher, *O primeiro sexo. As capacidades inatas das mulheres e como elas estão mudando o mundo* (2000). A obra começa com a pergunta: “O que é a mulher?”, o que lembra Simone de Beauvoir, que formulou tal indagação em *O segundo sexo*, concluindo que a mulher não nasce, mas se torna. A resposta de Fisher é que se nasce mulher.

Que mudança acontece que *O segundo sexo* seja contestado com *O primeiro sexo*? O que se passou entre o final dos anos 1970, década na qual *O segundo sexo* se popularizou especialmente no movimento feminista, e o início dos anos 2000? Fisher diz reconhecer que “o meio e a herança estão eternamente entrelaçados” (2000: 13). De fato, a tese central do livro é que a confluência dos dois fatores acelerará o impacto que a mulher terá no futuro. O primeiro fator é que a geração do *baby boom*, um contingente muito amplo de população, está chegando na idade madura. O segundo fator é o impacto da menopausa sobre o equilíbrio hormonal:

Com a menopausa decrescem os níveis de estrógeno, deixando ao descoberto os níveis naturais de andrógenos e outros hormônios sexuais masculinos do organismo feminino. Os andrógenos são substâncias químicas potentes, geralmente associadas à autoridade e ao ímpeto em muitas espécies de mamíferos, entre elas a humana. A medida que a faixa de mulheres da geração do *baby boom* chegam à maturidade, elas encontrarão equipadas – não apenas econômica e mentalmente,

¹² Se observa que é frequente que os homens se refiram à sua esposa como “minha mulher” ou “a mulher”. Também é significativo o fato de que para se referir ao marido “a mulher” diga “marido”. Mulher e esposa são sinônimos, enquanto que “homem” é um sinônimo quase nunca usado para “esposo”. Esta assimetria parece frisar que a mulher o é enquanto esposa, enquanto o homem o é em qualquer caso, não depende do estado civil.

mas também hormonalmente – para efetuar mudanças substanciais no mundo (FISHER, 2000: 18).

Dito de outro modo, quando as mulheres chegam à menopausa se “virilizam”, porque é modificado o equilíbrio hormonal em proveito dos hormônios masculinos¹³. Como os hormônios masculinos explicam a autoridade e a assertividade e, nas mulheres menopáusicas aumenta o peso relativo desses hormônios, as mulheres que chegam à essa idade ganham poder de intervenção no mundo. Podemos esperar, segundo Fisher, um grande impacto na sociedade, derivado da aproximação da menopausa do grupo de mulheres da geração do *baby boom*. Se muitas mulheres se virilizam de uma vez, a autoridade das mesmas vai produzir um impacto visível na sociedade.

É aceitável a afirmação de que as transformações do equilíbrio hormonal que acontece na menopausa conduzam as mulheres ao aumento de sua autoridade e assertividade como afirma Fisher? Não terá isso a ver com a situação da luta das mulheres feministas maduras pela igualdade de direitos? Podemos esperar que esta alteração dos equilíbrios hormonais afete igualmente a situação das mulheres do Afeganistão, Etiópia ou Somália? A menos que se suponha que as mulheres menopáusicas dos países ocidentais, sobretudo Estados Unidos – representam a totalidade do planeta, ignoro se a autora nos autorizaria a incluir neste grupo as hispânicas, as negras, as submetidas física e psicologicamente, as velhas, as doentes de Alzheimer.

Por que tais afirmações não levantam uma resposta crítica por parte das mulheres: o elogio da diferença acompanhado da invisibilidade da desigualdade é uma saída para “a questão da mulher” e que tem baixo custo para uma parcela das mulheres, as que gozam de privilégios de classe, étnicos, de idade ou raciais.

¹³ É questionável que se nomeie *masculinos* ou *femininos* os hormônios que não são patrimônio exclusivo das mulheres e dos homens. Esta é a transmutação de noções sociais à linguagem biológica, as testosteronas não são masculinas nem femininas, como também os estrógenos, pois, se fossem, estaríamos dizendo que um tipo de hormônios só estão presente em pessoas dotadas de caracteres primários varonis e outras em pessoas dotadas de caracteres sexuais feminis. O que não é o caso. Ambos tipos de hormônios estão presentes tanto em homens quanto em mulheres, e o peso relativo dos diferentes hormônios com o sexo e a idade bem como com outras circunstâncias vitais. Ademais há importantes diferenças de uma pessoa para outra o que provoca, por exemplo, que algumas mulheres tenham seios menores que alguns homens que alguns homens tenham os quadris mais arredondados que algumas mulheres. Com a chegada à menopausa e a modificação do equilíbrio hormonal, é frequente que aumente a quantidade de pelo no rosto. É uma leitura muito sexista acerca deste fenômeno dizer que a mulher se masculiniza, uma vez que as alterações que se processam nela são de caráter quantitativo – mais ou menos presença de tal ou qual hormônio, não qualitativos, ausência de certos hormônios e presença de outros.

Helen Fisher não está só; suas colocações não estão tão distantes das de Sylviane Agacinski (1998), defensora da representação política paritária das mulheres e dos homens, que utiliza argumentos reducionistas quando diz:

A espécie humana se divide em duas, e somente em duas, como a maioria das outras espécies. Esta divisão, que é a de todos os seres vivos, sem distinção, já é uma dicotomia ou, dito de outra maneira, todo indivíduo que não é mulher é homem e todo aquele que não é homem é mulher. Não existe uma terceira possibilidade (AGACINSKI, 1988: 15).

Ambas autoras retrocedem no túnel do tempo para voltar com uma linguagem mais sofisticada que a habitual nos primeiros anos do século passado, quando Moebius publicava *A inferioridade natural da mulher*. As duas autoras coincidem ao partir de diferenciações anteriores à sociedade como fez o próprio Moebius, no entanto, elas não as conotam negativamente. Se busca uma ordem da natureza da qual, aparentemente, não se pode escapar. Mas a natureza não é sábia nem tola, não tem um plano, a natureza nem mesmo é fruto de um processo planejado. O que se sucede com a natureza é fruto da sobreposição de várias casualidades. De que outra maneira se explica a inadequada disposição da uretra nas mulheres que, por sua proximidade à vagina favorece frequentes infecções nas vias urinárias, ou os problemas oriundos da proximidade entre a traqueia e o esôfago, que eventualmente nos faz engasgar ou a bifurcação no pênis da micção e da ejaculação. As características físicas que temos ao nascer são o resultado da casualidade, ao contrário, é fundamental reconhecer os diversos significados que vão tomando as características sexuais, e o modo que vem se empregando para construir uma ordem de relações sociais. É importante desmascarar a violência simbólica contida na defesa das diferenças.

Quando dizemos sexo estamos nos referindo a uma dimensão do gênero, a uma operação de reduzir a diversidade individual a um só conjunto de características que compartilham com outras pessoas, os elementos sexuais primários: os que intervêm na procriação. Reduzir as pessoas a suas diferenças em relação aos caracteres sexuais primários é um modo de negar a diversidade individual, o que cada ser humano temos de específico.

Esse reducionismo é apenas parte do problema. Se aceitamos que nós seres humanos nos modificamos em razão das circunstâncias e relações nas quais nos achamos imersos e que estas em parte são produto nosso, se,

adicionalmente, aceitamos que as relações sociais são fundamentalmente desiguais, estamos em condições de sustentar que não conhecemos as diferenças próprias de cada pessoa. A desigualdade social as afoga, não permite que afluam. Não temos fundamento para afirmar quais são as características das *mulheres em si mesmas*, porque não podemos isolar as mulheres do contexto em que vivem e se constituem, formam seus desejos e aspirações. Portanto, quando falamos das mulheres, não nos referimos a pessoas em si mesmas, mas a um sistema de relações que toma as capacidades relativas à procriação como ponto de partida para a ordenação das relações sociais.

Origens do conceito de gênero

Separar as características e capacidades físicas das sociais, psíquicas ou históricas já tem uma trajetória longa, particularmente no pensamento feminista. Ao contrário, o termo gênero tem uma origem relativamente recente. Para falar do seu significado e utilização, há que ter em conta as circunstâncias que deram origem ao termo, posto que são condições históricas e sociais tais que explicam o desenvolvimento da diferenciação sexo/gênero.

Em sua prática clínica, os psiquiatras clínicos Stoller e Money coletaram queixas de pessoas que diziam se sentirem presas em um corpo de homem quando na verdade eram mulher. Seus corpos, de acordo com o que narravam, estava equivocado, e manifestavam a necessidade de reparar o erro. Demandavam fazer uma cirurgia de *mudança de sexo* e não queriam que fossem identificados não como homens, mas como mulheres. A demanda de que o corpo não correspondia com o verdadeiro ser destas pessoas levou os pesquisadores a considerar que deviam separar, ao menos conceitualmente, dois aspectos do indivíduo:

1. **O sexo.** Relativo aos aspectos anatômicos e fisiológicos, ao corporal. Que daria lugar basicamente a duas possibilidades: fêmea e macho;
2. **O gênero.** Relativo aos aspectos psíquicos e sociais. Cujas duas possibilidades seriam: feminino e masculino.

Esta colocação implicaria dividir a mulher e o homem em dois componentes, ser mulher ou homem seria o resultado de uma soma:

$\begin{aligned} \text{Mulher} &= \text{sexo fêmea} + \text{gênero} \\ &\text{feminino} \\ \\ \text{Homem} &= \text{sexo macho} + \text{gênero} \\ &\text{masculino} \end{aligned}$

A preocupação de Stoller e Money se concentrou em desenvolver procedimentos de diagnóstico que permitissem identificar o gênero daqueles pacientes que reclamavam uma operação de mudança de sexo. Tal medida era prescritiva e continua sendo na atualidade¹⁴, quando se obtêm supostas evidências de que o sexo da pessoa não corresponde ao seu gênero. Com tal intervenção cirúrgica se busca a correspondência entre o sexo e o gênero segundo o esquema apresentado acima. Além disso, a prescrição da intervenção cirúrgica ou o tratamento hormonal não é feito sem que seja constatada uma correspondência entre as características físicas de um lado e as psíquicas e sociais de outro. Em relação a elas se contra-argumenta que as cirurgias de mudança de sexo, longe de questionar o sistema sexo/gênero, o reafirmam, uma vez que dão por definido que uma pessoa não se pode sentir feminina ou desenvolver as funções socialmente atribuídas às mulheres caso não tenha um corpo que corresponda a tal identidade psicossocial. Parece mais aceitável mutilar o corpo que contrariar os princípios da divisão sexual do trabalho. Assim, na origem do conceito de gênero e da separação conceitual entre sexo e gênero se encontra o reconhecimento e a aceitação da divisão sexual do trabalho e de identidades unitárias diferenciadas para as mulheres e para os homens. E essa afirmação do sexismo se disfarça de direito à realização pessoal.

Também encontramos em outras culturas a aspiração de chegar a ser uma verdadeira mulher ou verdadeiro homem corrigindo a natureza mediante mutilações sexuais. A ablação do clitóris é uma prática ampla nas sociedades subsaarianas. Nos países ocidentais esta intervenção vem provocando grande reprovação social, ao ponto de ser penalizada por ser considerada,

¹⁴ Na Espanha, país da autora, há um movimento orientado a exigir que tal cirurgia aconteça financiada pela Seguridade Social.

diferentemente da cirurgia de mudança de sexo, uma mutilação. As imigrantes procedentes de culturas nas quais se pratica esse tipo de mutilação criticam não apenas incompreensão, mas também a aversão e a repressão legal de suas práticas culturais. Frente tal situação, optam por se deslocar a seus países de origem com a finalidade de submeter suas filhas a tais intervenções em condições sanitárias deploráveis que, em muitas situações, deixam sequelas por toda a vida, com recorrência de infecções das vias urinárias.

Seria exagerado afirmar taxativamente que as mutilações sejam práticas que os homens impõem às mulheres, buscando suprimir toda possibilidade de obter prazer sexual. É certo que as mutilações genitais contribuem a perpetuar a dominação masculina sobre as mulheres. Contudo, seria equivocado supor que os homens ou as mulheres sejam conscientes do impacto destas práticas sobre as relações entre uns e outras. Há que se ter em mente que a desigualdade social não se impõe fundamental e unicamente mediante a repressão aberta, mas que, em boa medida, os próprios oprimidos contribuem, com suas crenças, para sua sustentação. Crer que aquilo que nos é imposto é o melhor que nos pode acontecer, ou o único possível, têm como resultado que sejamos nós mesmos que contribuimos para a manutenção das coisas como estão. Portanto, não se pode dizer que os atos de submissão ou de dominação se realizem com plena consciência de seu significado e consequência.

As próprias mulheres defendem as mutilações sexuais entendendo que o clitóris é um símbolo de masculinidade e que uma mulher verdadeiramente feminina não deve tê-lo, dizendo que se dizem mais femininas depois da intervenção. Essa resposta suspeitosamente se parece com aquele argumento dos que defendem a eliminação do pênis para se poder ser verdadeiramente mulher.

Ambas situações, correspondentes a culturas diferentes, são sintomas de um problema comum: a feminilidade, a divisão do trabalho, a diferenciação e a separação entre tarefas femininas e masculinas que vem sendo justificativas baseadas nas diferenças inatas entre mulheres e homens. Paradoxalmente, por mais que se defenda veementemente a ideia de que o corpo e o sexo determinam o gênero, o que acaba acontecendo – os exemplos que acabamos de mencionar confirmam – é que o gênero se impõe ao corpo e legitima transformações do mesmo, corrigindo a natureza, cuja sabedoria é usada como argumento para defender o sexismo. O corpo é submetido a mutilações para que sua aparência

corresponda à estabelecida culturalmente para a realização de certos modos de vida. Se alguém quer ser mulher, seu corpo há de ter a aparência *feminil*, e se quer ser homem, o corpo deve ser moldado conforme tal aspiração, adquirindo uma aparência *viril*.

Podemos denominar ditadura de gênero o repúdio social às transgressões na relação sexo/gênero. A ditadura de gênero implica que as aspirações das pessoas, o tipo de atividades que desenvolvem, o lugar que ocupam nas famílias, devem corresponder com o sexo culturalmente atribuído. Esta ditadura recusa e penaliza socialmente as orientações da própria vida que não se ajustam ao padrão segundo o qual as fêmeas estão obrigadas a ser femininas e os machos a ser masculinos.

Desenvolvimento do conceito de gênero

No seio do pensamento feminista, a referência mais direta à noção de gênero é o trabalho de Gayle Rubin. Esta autora, partindo dos pressupostos marxistas, lacanianos e lévi-straussianos define o sistema sexo/gênero como o sistema de relações sociais que transforma a sexualidade biológica, não deve ser confundida com o sexo, em um produto da atividade humana quanto à divisão social do trabalho e à orientação heterossexual do erotismo. Em uma abordagem afim, Monique Wittig adverte que aquilo que é tomado como a origem da opressão das mulheres, o sexo, é somente uma marca:

O que acreditamos ser uma percepção física e direta apenas é uma construção mítica sofisticada, uma formação imaginária, que reinterpreta as características físicas (que em si mesmas são neutras como qualquer outra por mais que sejam marcadas pelos sistemas sociais) por intermédio da rede de relações nas quais são percebidas (WITTIG, 1992: 11-12).

Diferentemente de Gayle Rubin, que enfatiza as características estruturais da relação sexo/gênero, Judith Butler enfoca a ação. No processo de constituição da subjetividade, intervém relações de poder que nos constituem como o que somos: homens e mulheres. Da colocação de Butler se deduz que ser mulher ou ser homem é o resultado de um ato de sujeição. Todavia, uma vez sujeitados por meio das relações de poder intrínsecas aos processos de socialização, podemos confirmar ou negar o poder que nos dá forma, mediante ações que o contradizem. Uma vez socializadas como donas de casa, ou como

chefes de família, podemos nos negar a ocupar este lugar. O preço da subversão é, no mínimo, a perda de reconhecimento social, ou o risco físico, visto que a última instância de manifestação do fracasso do exercício do poder é a eliminação física dos que se opõem a ele.

Por outro lado, para Butler, o gênero não é a interpretação cultural do sexo, nem a interpretação cultural do corpo, nem se constrói culturalmente *sobre* o corpo. Em qualquer destes casos, estaríamos tomando o sexo e o corpo como dados, como o inato. O corpo não é um produto natural, mas que se produz como um nó de relações sociais. Tampouco podemos tomar o gênero como um *a priori*, mas como algo que se faz: “o gênero é um fazer, ainda que não um fazer por parte de um sujeito que se possa considerar preexistente à ação” (Butler, 2001: 56).

Nos faz homens e mulheres nos submetemos às regulamentações de gênero. Nossa interpretação dessas regulamentações, obedecê-las apenas parcialmente ou desobedece-las desconstrói o gênero, o faz problemático, põe em evidencia seu caráter contingente. A mulher e o homem não têm existência anterior às relações sociais. A mulher é o fazer mulher e o homem é o fazer homem, mas ambos se requerem para se fazerem. A existência da mulher é condição de necessidade da existência do homem e vice-versa. Se estudamos a situação das mulheres sem levar em conta a dos homens, não podemos saber se o que nos ocorre têm lugar pelo fato de serem mulheres ou se trata de algo de alcance geral.

O que denominamos mulher e homem não são sujeitos submetidos a relações desiguais, mas sim são efeitos do poder, materializações da desigualdade social. Dentre as inúmeras relações de poder, as econômicas são fundamentais, como também é fundamental a constituição psíquica associada às relações de poder. Pelo impacto do econômico sobre outros âmbitos e dimensões da vida, pode-se afirmar que a divisão sexual do trabalho tem um efeito constituidor das subjetividades:

1. A divisão sexual do trabalho. É a primeira forma de divisão social do trabalho. Comporta que nenhuma pessoa seja autossuficiente, porque depende, para sua subsistência, da produção de outras pessoas, o que gera vínculos que podem ser definidos como de complementaridade, de dependência, de subordinação ou de exploração. O modo em que são qualificadas tais divisões

têm consequências transcendentais. Podem ser avaliados positivamente, como vínculos de complementaridade. Na medida em que se adota uma visão crítica sobre as características e consequências da divisão do trabalho, o resultado é propor que a mesma desapareça ou se modifique no que concerne à dependência, subordinação e exploração que contém.

2. A construção psíquica do desejo. Uma característica da espécie humana é que não tem sua conduta programada geneticamente. Os impulsos não se traduzem em condutas estereotipadas e constantes. Por isso os estereótipos culturais devem ser tomados como uma forma de violência. A saída dos impulsos e, portanto, a orientação à conduta é diretamente dependente do processo de socialização, consiste fundamentalmente nas marcas deixadas nas pessoas pelas experiências positivas passadas. Estas marcas funcionam canais que, tendo sua origem no passado, orientam as condutas futuras.

O sistema sexo/gênero organiza e rege a atribuição de posições sociais conforme a lógica da divisão sexual do trabalho. Mediante a mesma, se dá garantido que as atividades de cuidado imediato da vida humana, seja em âmbito doméstico ou no mercado de trabalho, sejam das mulheres, e as atividades relativas à produção de bens, a administração da riqueza e a defesa ou o ataque, sejam atribuições dos homens.

Na ausência de informação se tem como pressuposto que uma posição social é feminina porque são tomadas as características femininas de alguém como marca, e por isso se torna objeto erótico. Mas caso seja descoberto que se encontra em uma posição dita *masculina*, muda imediatamente a natureza da relação. Uma mulher dotada de aparência física atraente, em um bar ou passeando pela rua a princípio é um objeto de desejo para qualquer homem que cruze com ela, entretanto, esta mesma mulher deixa de ser objeto a disposição dos homens quando cruza a porta da empresa em que trabalha como gerente ou como engenheira de desenvolvimento, os homens subordinados a sua autoridade profissional se convertem em seres solícitos, atentos em satisfazer suas exigências.

A sabedoria popular tem tomado nota deste fato. Na vida cotidiana é frequente se ouvir expressões como “fulana é pouco feminina”, “fulano é muito feminino”, “não tem nada de homem que faz tal ou qual coisa”. A consciência de que as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas que as crianças devem ser

transformadas em um ou outra também se manifesta, na diferenciação da roupa que usam os meninos das que usam as meninas, ou o tipo de brinquedos que lhes são dados, ou a decoração de seus quartos. É como se houvesse o temor de que se não se ter cuidado, os meninos podem acabar se feminilizando e as meninas se masculinizando.

A atribuição de gênero implica atribuir às mulheres um lugar diferenciado em relação aos lugares ocupados pelos homens, aspecto no qual não intervém a sua vontade individual, acontece como se fosse *natural*. Contudo, os sistemas sociais não são apenas formas pautadas de relação entre as pessoas e formas de resolver os problemas da vida cotidiana, a criação e a satisfação de necessidades. Envolvem relações de poder, desigualdades e privilégios que, inicialmente, constituem uma ameaça à convivência. As relações de poder se tornam mais estáveis quando o processo de atribuição de posições sociais é acompanhado de um processo de socialização paralela que faz com que seja desejável aquilo que nos foi imposto, por exemplo, nos condena a escolher aquilo que nos foi predeterminado socialmente. Como, por exemplo, ser donas de casa ou manter uma família. Por isso, quando nos referimos ao gênero não podemos deixar de considerar a dupla dimensão do mesmo – a social e a psíquica.

A socialização de gênero

Uma faceta da socialização são os processos de constituição da subjetividade, a outra faceta são os processos de cooperação na atividade básica de fazer com que nossas vidas sejam viáveis. A socialização acontece principalmente por dois caminhos, a identificação com pessoas significativas do nosso entorno, especialmente nossos pais: queremos ser e fazer o que são e o que fazem. Também nos socializa a prática mesma de viver, mormente as atividades que realizamos na produção de nossa existência. Nesse sentido, o trabalho seja o trabalho remunerado ou não, é um fator de socialização de primeira ordem. A importância da ordem é reconhecida ao se ordenar. O amor pelos motores se adquire reparando-os. Alguém se faz guerreiro tomando parte em combates e se faz mãe quando tem uma criança nos braços para cuidar.

A divisão sexual do trabalho é uma característica da organização das atividades produtivas e é, também, um mecanismo fundamental de socialização. Em condições sexistas a escolha do objeto de identificação está orientada para o

progenitor do mesmo sexo e as atividades realizadas estão marcadas pelo gênero, já que se toma o sexo como um ponto de referência básico. Se tomamos a mulher como tipo ideal, como conceito com o qual abordar a divisão sexual do trabalho, uma característica principal do trabalho feminino é que o valor do que é produzido depende do uso. A produção da mulher adquire seu valor de um modo concreto e contextual. Em certo momento, em certo lugar, pessoas concretas encontram satisfação ao utilizar ou consumir aquilo que é produzido pela mulher. A medida das virtudes do labor existe somente quando alguém real se beneficia dele. No caso das atividades femininas, a produção e o consumo são expressões por excelência da subjetividade, razão pela qual não é possível encontrar uma medida universal do seu valor.

Ao ocupar a posição feminina na divisão do trabalho, se configura para a mulher uma subjetividade para a qual ser aceita e valorizada pelas atividades que são realizadas é uma questão de primordial importância. A mulher obtém satisfação principalmente por ser querida e valorizada e apenas é capaz de se valorizar na medida em que se sinta valorizada¹⁵. Conectada ao outro, receptiva às suas necessidades, relacionando seu valor social com a capacidade de cuidar dos demais, tem dificuldades para enfrentar os conflitos, as oposições de interesses, os desencontros, como tem também para reconhecer o valor do que faz.

Orientada para relações face a face, as avaliações que lhes são feitas necessariamente são parciais e subjetivas. Ela sabe ainda que não sendo postas em palavras as reações que suscita – sejam de agradecimento ou de repulsa – não são uma medida adequada ou mesmo suficiente do seu valor. A mulher tem acesso a visões particulares de si mesma construídas a partir da resposta de pessoas próximas. Não pode conhecer o que é em si a partir da informação daqueles que a rodeiam porque a informação que recebe deles não se refere a ela própria, mas à relação face a face e à qualidade da relação a partir da qual é avaliado como melhor ou pior seu trabalho.

E mais, quando as atenções são constantes, quando sempre está atenta para aquilo que se necessita, ou quando há uma observação atenta, uma disposta receptividade, uma necessidade inequívoca, o cuidado deixa de ser percebido como dom ao bem-estar do outro. Se torna natural, como é natural

¹⁵ Esta definição da subjetividade “tipo mulher” pode ser encontrada em Freud, *Introdução ao Narcisismo*.

respirar e não concedemos nenhuma importância a essa atividade constante, até que falte o ar ou nossos pulmões não respondam mais.

Tais práticas vitais e a subjetividade que se constrói nas mesmas favorece certa disposição ética. As condições são favoráveis para que se considere que uma boa vida tenha muito a ver com o compromisso nas relações, a responsabilidade com os outros, o reconhecimento e o respeito recíproco. Esta postura ética desenvolve receptividade às necessidades dos outros, e uma grande preocupação pelo impacto que se produz nas pessoas com as quais nos relacionamos. Diemut Bubeck (1995) nomeia esta disposição “other directed”¹⁶, a capacidade de identificar o que podemos fazer aos outros para que suas condições de vida melhorem. Como Bubeck adverte, a atenção e resposta aos demais faz com que a mulher seja incapaz de se defender da exploração porque alguém está necessitado ela antepõe esta necessidade a seus próprios interesses, inclusive quando não é ela a responsável por satisfazer tal necessidade. A título de exemplo, é frequente que as mulheres, além de cuidar de seus filhos e pais, cuidem dos filhos do seu marido gerados em um casamento anterior, ou que cuide dos pais do marido. Este tipo de disposição ética faz com que as mulheres sejam muito vulneráveis.

Gilligan (1982), ponto de referência obrigatório quando se trata da relação entre cuidado e gênero, assinala que as mulheres, contradizendo a suposição de um desenvolvimento moral universal, possuem um desenvolvimento moral específico. Elas colocam os problemas morais em termos de cuidado e de responsabilidade, sendo central nessa disposição ética a consideração das pessoas concretas em situações reais. Em oposição, os homens colocam os problemas como objetivos a realizar, problemas a resolver, obstáculos a eliminar, regras a respeitar, elementos entendidos como princípios universais.

A disposição ética voltada ao cuidado tem seu lado obscuro. A realização da cuidadora somente tem lugar no cuidado, razão pela qual pode adquirir um aspecto abusivo, criando dependência onde não há, impedir que o outro se ocupe de si mesmo, uma vez que quanto mais autossuficiente é o outro mais, mais desimportante ela se torna. Ademais, o cuidado está intimamente relacionado ao maltrato e de fato, as relações de cuidado possuem um caráter fortemente ambíguo. Do lado da mulher, pelo fato de tender a se conectar com o

¹⁶ Expressão que poderia ser traduzida como “dirigida/o ao outro”.

outro, por supor que deve e é capaz de antecipar o que o outro deseja e que deve se antecipar às necessidades de quem requer cuidados, ela enfrenta um conflito.

Se move entre a afirmação de sua identidade, forçando que o objeto de seus cuidados tenha em relação a ela atos de reconhecimento pela atenção e pelos cuidados recebidos e a negação da sua própria subjetividade por colocar o outro na frente de suas necessidades ou desejos, que sempre ficam em segundo plano. O outro e seu bem-estar é um fim para quem o atende, a mulher, contudo, ao mesmo tempo, é um instrumento, meio para confirmar sua própria potência e invulnerabilidade. A posição de cuidadora ou cuidador requer encontrar o equilíbrio entre dois estados emocionais.

Por um lado, esse sentimento de poder e capacidade que produz satisfação dificilmente equiparável à proporcionada por qualquer outra atividade, posto que tem a vida da outra pessoa, ou o seu bem-estar, nas suas mãos. Se o sentido de agência apenas ela experimenta nas atividades de cuidado estando afastada de outras esferas da realidade como a política, há que se buscar a pessoa dependente e encontra-la ou inventá-la projetando sobre os demais as próprias necessidades, realizando-se ao projetar no outro a necessidade cuja satisfação requer qualidades que ela acredita possuir.

Por outro lado, em contradição com esses sentimentos de realização, poder, responsabilidade, a receptividade ao outro e às suas necessidades, o fato de que a relação seja assimétrica, desencadeia desgaste físico e emocional. Não pode evitar se sentir comprometida, mas, ao mesmo tempo, a cuidadora percebe a si própria como uma imensa mama¹⁷. Ela está a disposição de qualquer um que queira absorver dela não somente atenção e alimentos, mas a própria vida que, orientada aos demais, é vivida exaustivamente. Os alvos do zelo feminino vivem como se fossem tiranos e, talvez, sejam porque, frente a frente um com o outro, ambos carecem do limite que é reconhecer capacidades e autonomia em quem requer cuidados e carências e necessidades em quem cuida. Em síntese, as mulheres simultaneamente se sentem poderosas, exploradas, desgastadas, não são levadas em consideração e são o centro do mundo ao mesmo tempo.

Aqueles que são objeto de cuidados também desenvolvem sentimentos contraditórios, de gratidão e de ressentimento, a necessidade de atenções os coloca em contato com sua precariedade e dependência, acarretando uma

¹⁷ Muitas mulheres durante a amamentação expressão essa imagem referindo-se a si mesmas como “um seio que anda”.

pesada dúvida pessoal que nunca será mitigada e às quais responde desvalorizando os cuidados que recebe e os/as que os presta, e reagindo de forma hostil à atenção. Provavelmente, o escasso valor social das mulheres é gestado na ambivalência das relações de cuidado.

No que concerne ao homem, quando examinamos sua posição na divisão sexual do trabalho, também ele é tomado como tipo ideal. Não pretendemos descrever a realidade dos homens em toda sua diversidade, mas aqueles aspectos de suas vidas que nos permitem reconhecer a existência do sexismo. Um primeiro aspecto a destacar do trabalho do gênero masculino é que o valor do que é produzido se dá fundamentalmente no mercado, no momento em que os bens ou serviços que produz entram em relação com outros bens e serviços, o que permite estabelecer relações de equivalência. Seu trabalho se torna social porque é intercambiado com outros trabalhos, e isto é o que permite estabelecer qual é seu próprio valor social, já não referente a pessoas concretas, mas para o conjunto da sociedade. Isto implica que o valor se converte em um universal da sociedade, não remete a relações interpessoais concretas, mas ao ato genético de produzir e consumir. A medida das virtudes do seu trabalho é universal quando o produto se troca no mercado e independentemente de quem seja a pessoa concreta que faça uso do mesmo. Se no caso da mulher a relação de cuidado pode chegar a despersonalizá-la, no caso do homem, tendo em vista as relações de troca nas quais ele se move, sua atividade permanece despersonalizada.

A subjetividade do homem, apenas secundariamente, se expressa no que ele realiza pelo fato de trabalhar no produto do seu trabalho. É certo que cada homem tem sua forma de trabalhar, mas o faz dentro de um espectro de relações muito mais rígido em relação ao espectro que delimita o trabalho da mulher. Na lógica mercantil da organização produtiva, o homem se converte em força de trabalho e como tal é utilizado, a orientação da atividade nasce nas relações entre oferta e demanda e, mais proximamente, nos conselhos de administração das empresas. O homem dificilmente pode orientar seu trabalho pela sua conexão com quem utilizará o que produz, em geral ele não conhece quem consumirá o fruto de seus esforços e muitas vezes desconhece o produto final de seu labor.

Em conjunto, o homem permanece inconexão daqueles para quem produz enquanto que seus produtos entre si mesmos vinculados pelo dinheiro, estabelecendo uma conexão universal por meio do mercado. Estas condições de

socialização desenvolvem nos homens conceitos universais, enquanto que o trabalho da mulher favorece a socialização por meio de conceitos particularistas orientados a satisfazer as necessidades imediatas de pessoas concretas em interações face a face¹⁸.

Em referência ao componente emocional da atividade, a posição masculina na divisão sexual do trabalho envolve desapego a respeito do hipotético beneficiário de sua atividade. A sua vinculação afetiva tem lugar mais efetivo em relação aos colegas de trabalho, tanto no sentido de vivencia a amizade e proximidade como no sentido de afastá-los como rivais ou obstáculos em sua carreira profissional. Relativamente à atividade em si mesma, não temos bases para negar que se produza uma vinculação com os objetos de sua atividade; a consideração, o orgulho, preocupação que uma mulher pode experimentar em sua relação com as pessoas que são o objeto do seu cuidado, no caso dos homens se produz em relação aos instrumentos de trabalho ou aos produtos de sua atividade.

Sob o ponto de vista psíquico, se configura para o homem uma subjetividade assertiva, orientada a consecução de objetivos, não tão dependente das avaliações dos demais sobre sua pessoa, mas sim de fazer o que se propõe. As atividades produtivas são mais um meio para conseguir o que deseja e menos a maneira de despertar o amor e o respeito nos demais. O que lhe proporciona afirmação pessoal é o domínio da realidade, não a opinião dos demais sobre o que ele faz ou não.

Na posição de provedor, os recursos financeiros são sua contribuição imprescindível à vida em comum do conjunto da família, como o cuidado representa para a que ocupa a posição de dona de casa. Mas o dinheiro que ele aporta é disfrutado com fraca consciência das penalidades que sofre para obtê-lo de modo suficiente e regular. Sua ausência do lar, que a princípio se justifica pelas responsabilidades derivadas de sua posição no mercado laboral, é vivida como abandono, fuga ou falta de compromisso com a família. Ao mesmo tempo, no seu retorno diário para casa, encontra um lugar relativamente estranho e distante, onde acontecem coisas nas quais ele não interferiu, que o fazem sentir que não conta para os seus ou que é um zero à esquerda. No que se refere aos

¹⁸ Lembremos que esta aproximação que aqui se realiza é de caráter analítico, portanto, está se enfatizando os grandes traços do funcionamento da divisão sexual do trabalho. De forma alguma estou sugerindo que nenhum homem concreto tenha um trabalho que implique conexão real com os demais.

membros de sua família, sentem que com sua chegada ele interrompe a atividade cotidiana do ambiente doméstico. Também se dá o contrário, a distância e a ausência fazem com que o poderoso seja glorificado, uma vez que sua chegada ao lar pode ser vivida como temor a suas reações, que ele não encontre as coisas em seus devidos lugares, que as crianças o incomodem ou que os idosos lhes pareçam um estorvo.

As práticas vitais e a subjetividade que é construída nas práticas sociais dão pé a uma disposição ética distinta e complementar a respeito daquela que se desenvolve no caso da dona de casa. Para quem ocupa a posição daquele que “ganha o pão”, a boa vida tem muito a ver com proporcionar à família tudo que necessite, defende-las das ameaças exteriores, triunfar frente às adversidades, vencer os rivais e ser capaz de realizar os próprios objetivos. A orientação que se adquire quando se ocupa a posição homem é a da *ética do trabalho* e é esse o valor com que se encara as ameaças ou o risco. As virtudes cívicas da ética não são mais a capacidade luta, de eliminação dos obstáculos, do risco e do fracasso, mas sim quando os conflitos ameaçam destruir a vida social e a justiça.

A agressividade, a separação, a anulação, formam parte da experiência humana tanto como a conexão, a responsabilidade, a compaixão, a empatia. Nega a parte *homem* é não ter em consideração que na vida há conflitos, não apenas porque negamos espaço uns aos outros, mas porque em certas ocasiões o outro se converte em um obstáculo a ser eliminado pelo fato de desejar as mesmas coisas que nós. Não podemos tomar as leis seriamente se não tomarmos seriamente os conflitos de interesse e nosso desejo de eliminar o outro. Tomar seriamente a lei significa que os conflitos são coisas sérias, que a alternativa à resolução dos conflitos fora da lei implica um dano maior do que o de se submeter à lei ou lutar para modificá-la. Ao mesmo tempo, e seguindo a colocação de Sevenhuijsen (1998), levar o cuidado à sério significa que é necessário “julgar com cuidado” e uma “justiça do cuidado”.

A face obscura dessa forma de estar no mundo é a guerra, a escassa medida das consequências das ações para as pessoas, a facilidade para agredir fisicamente e tomar o outro como um objeto a ser possuído ou um obstáculo a ser vencido.

Referências

- AGACINSKI, Sylviane. **Política de sexos**. Madrid: Taurus, 1988.
- AUKI, Doug. **Sex and Muscle**: the female bodybuilder meets Lacan. *Body and Society*, v. 2(4), 1996.
- BIRKE, Lynda. **Women, feminism and biology**. The feminist challenge. Brighton: wheatsheaf Books, 1996.
- BUBECK, Elisabet D. **Care, gender and justice**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- BUTLER, Judith; SCOTT, Joan: **Feminist theorize the political**. London: Routledge, 1992.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. Londres: Routledge, 1993.
- _____. **Gender Trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.
- CHAFETZ, Janet. **Masculine, feminine or human?** An overview of the Sociology of the gender roles. Itasca: F. E. Peacock, 1978.
- BEAUVOIR, Simone de. **El segundo sexo**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1977.
- FIRESTONE, Shulamith. **La dialéctica del sexo**. Barcelona, Kairós, 1977.
- FISHER, Helen. **El primer sexo**. Madrid: Taurus, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad**. La voluntad de saber. Vol. 1. Madrid: Siglo XXI, 1980.
- FREUD, Sigmund. **Introducción al Narcisismo** [1914]. Tomo VI, Obras completas. Madrid: Nueva Visión, 1984.
- GATENS, Moira. **Imaginary Bodies**. Ethics, power and corporeality. London: Routledge, 1996.
- GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice**. Psychological Theory and Women's Development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- HARRISON, Wendy C.; HOOD-WILLIAMS, John. Gender, **Bodies and Discursivity**. A Comment on Hughes and Witz. *Body and Society*, vol. 3 (4), 1997.

LAMBERT, Helen H. **Biology and equality, a perspective on sex differences**. Signs, vol. 4, n° 1, 1978.

HUGHES, Alex y WITZ, Anne. **Feminism and the Matter of Bodies: from de Beauvoir to Butler**. Body and Society, vol. 3 (1), 1997.

IZQUIERDO, María Jesús. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Cátedra, 1988.

_____. ¿Son las mujeres objeto de estudio para las ciencias sociales? PAPERS, **Revista de Sociología**, n° 30, 1988.

_____. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (comp.). **Pensar las Diferencias**. Barcelona: Seminario Interdisciplinario Mujeres y Sociedad, Universidad de Barcelona, 1994.

_____. **Sin vuelta de hoja**. Sexismo: Placer, poder y trabajo. Barcelona, Ed. Bellaterra, 2001.

_____. **Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización**: Hacia una política democrática del cuidado. Congreso Internacional SAR. Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado. Donostia: Emakunde, 2003.

JANSSEN-LURREIT, Marieluise. **Sexism**. The male monopoly on history and thought. New York: McGraw-Hill Ryerson, 1982.

JECKER, Nancy S. y SELF, Donnie J. Separating Care and Cure: An Analysis of Historical and Contemporary Images of Nursing and Medicine. **Journal of Medicine and Philosophy**, 16(3), p. 285-306, july/1991. Disponible em: <http://www.cariboo.bc.ca/ae/php/phil/mclaughl/students/phil433/jecker.html>

LAQUEUR, Thomas. **La construcción del sexo**. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra, 1994.

LEWONTIN, Rose R.C y KAMIN, Leon J. **No está en los genes**. Racismo, genética e ideología. Barcelona: Crítica, 1987.

MILLET, Kate. **Política sexual**. México: Aguilar, 1975.

MOEBIUS, Paul J. **La inferioridad mental de la mujer**. Barcelona: Bruguera, 1982.

Money, John. Sex reassignment as related to hermaphroditism. In: BENJAMIN, H. **The transsexual Phenomenon**. Nueva York: Julien Press, 1966.

MOORE, Henrietta. Divided we Stand: Sex, Gender and Sexual Difference. **Feminist Review**, nº 47, 1994.

OAKLEY, Ann. **La mujer discriminada**: Biología y sociedad. Madrid: Debate, 1977.

REUCHLIN, Maurice. **La psychologie defferentielle**. París: PUF, 1980.

RUBIN, Gayle. The traffic of women: notes on the political economy of sex. In: REITER, Rayna (ed.). **Toward an anthropology of women**. Nueva York: Monthly Review Press, 1978.

SCOTT, Joan W. Experience. In: BUTLER, Judith. & SCOTT, Joan. **Feminist Theorize the Political**. Abington-on-Thames: Taylor & Francis Group, 1992.

SEVENHUIJSEN, Selma. **Citizenship and the ethics of care**. Feminist Considerations on Justice, Morality and Politics. London: Routledge, 1998.

STOLLER, Robert. **Recherches sur l'identité sexuelle**. Paris: Ed.Gallimard, 1978.

SULLEROT, Evelyne. **El hecho femenino**. Barcelona: Argos Vergara, 1979.

WALUM, Laurel Richardson. **The Dynamics of Sex and Gender**: a Sociological Perspective. Chicago: Rand McNally College Publishing Co., 1977.

WITTIG, Monique. **One is not born a woman**. The straight mind and other essays. Boston: Beacon Press, 1992.